

PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO E PESQUISA NEUROLINGÜÍSTICA¹

EDWIGES MARIA MORATO
(IEL/UNICAMP)

1. INTRODUÇÃO

A questão da significação surge para a Neurolingüística a partir da mesma tradição imposta pela Lógica à trajetória da Lingüística como ciência. Assim, a veridicção e a percepção lógica do mundo são duas questões fundadoras tanto da Semântica quanto das atribuições dos desvios (da intenção, da significação, da lógica, da compreensão) levadas a cabo pela Afasiologia e pela Frenologia. Em suma, é em torno de uma idéia de verdade que a questão do sentido é construída no interior da Lingüística e da Afasiologia, duas ciências que se firmaram enquanto tais ao final do século passado na melhor tradição racional-empirista.

O tema deste Seminário, de saída, faz com que nos deparemos com dois aspectos importantíssimos: o que representa, para a reflexão lingüística, a pesquisa neurolingüística? Solidária a esta primeira questão, outra se impõe, não menos relevante: como a Neurolingüística tem tratado a questão do sentido no interior de seus problemas teórico-metodológicos? Dito de outra forma: como a Neurolingüística tem visto a questão do sentido como um problema seu?

A resposta a essas questões coloca em xeque os próprios rumos da pesquisa neurolingüística, bem como a sua inserção definitiva entre as ciências humanas e entre os diversos postos de observação sobre a linguagem (e tudo aquilo que lhe concerne) alocados na Lingüística.

Se passarmos uma vista d'olhos pelos termos das relações entre a Lingüística e a Neurolingüística, certamente haveremos de notar que - sob outras vestes - é o problema do sentido ou da significação o fio condutor de uma história que, segundo Otto Marx (1966), "nunca houve" realmente. Mais do que apontar a veracidade desta afirmação, este Seminário procura entrever relações solidárias e produtivas entre ambas, por motivos que as interessam distintamente e pelo que as duas representam para o tratamento do problema do sentido, essa "fascinante cabeça de Medusa", na feliz expressão de Benveniste (1974).

A questão do sentido, vale notar, não tem recebido melhor tratamento na área da Neurolingüística do que na da Lingüística. E por quê? Porque se na primeira essa

¹ Texto apresentado no I "Seminário em Neurolingüística" (IEL/UNICAMP), em 20/11/96.

questão tem sido simplesmente subsumida pela compreensão (Françoso, 1987; Morato, 1995a), considerada um fenômeno neuropsicológico autônomo, essencialmente mental, a segunda sempre percorreu, seguindo de perto a tradição fenomenológica clássica, todo um caminho que vai contra a ciência interpretativa.

A visão corrente de compreensão e de significação em Neurolinguística é fortemente ancorada na linguística saussureana (ou, pelo menos, no que ela tem de mais estruturalista), abrindo caminho para a exclusão do mundo social, do objeto e do sujeito (bem como de suas atividades ou experiências significativas) na construção da significação. Ao suprimir a relação da língua ou da cognição com seu exterior discursivo, o que existe de significação é aquilo que está codificado como significado, é aquilo que ele representa dos objetos e dos estados de coisas, posição consoante à clássica visão representacionista da linguagem.

A tarefa de repor os elementos excluídos da tradição estruturalista tem sido assumida, ainda que a partir de diferentes interesses, pelas teorias enunciativas, pragmáticas e discursivas. Reuni-las em torno de uma criteriosa arbitragem interdisciplinar torna-se uma tarefa que a complexidade dos fenômenos, tais como os neurolinguísticos, exige. Articular tal contribuição linguística com uma concepção do funcionamento córtico-cognitivo epistemologicamente compatível já é uma autêntica construção teórica cujo devir é proporcional às respostas que puder oferecer às antigas indagações filosóficas: “Como é possível que a alma fale? Como é possível que signifique?” Ou às dúvidas humanas traduzidas com agudeza pelo poeta: “Como pode um coração se expressar? Como pode o outro entender?” A questão do sentido, assim, encerra um imenso desafio que os objetos neurolinguísticos podem propor à ciência da linguagem.

Para as vertentes linguísticas que consideram a significação o ponto de vista fundamental sobre a linguagem, a questão do sentido pressupõe e transcende a atividade linguística. Dito de outra forma, a linguagem não é simplesmente signo. Humboldt afirma (1972) que a linguagem é um trabalho do pensamento que ganha forma por sua vez pela atividade constitutiva da linguagem: “A linguagem não é uma obra (*ergon*) mas uma atividade (*energeia*)”, diz ele, numa formulação célebre. Com base nessa perspectiva enunciativa que põe em relação linguagem e cognição, postula-se que a construção do sentido não se dá de maneira absolutamente subjetivada, administrada pelo indivíduo e seu cérebro, à margem da cultura e do valor intersubjetivo da linguagem. Tampouco é efeito de alguma propriedade imperiosa e intrínseca do sistema linguístico ou da realidade. Na verdade, existiriam diversos fatores em jogo na tarefa de significar e compreender o real: as propriedades da língua, da cognição e do inconsciente; a qualidade das interações humanas; as condições materiais de vida em sociedade; o valor intersubjetivo da linguagem; os diferentes universos discursivos ou sistemas de referência cultural (na acepção de Franchi, 1977) através dos quais agimos e orientamos nossas ações no mundo; as normas pragmáticas que regem por gestão social a utilização da linguagem; os diferentes contextos linguístico-cognitivos nos quais as significações são produzidas.

Se todos esses fatores são movimentos de sentido, se são atos de significação, são também atos de linguagem. Deriva desse arrazoado o privilégio da linguagem (dado seu papel mediador frente a outros sistemas de signos não verbais): ela seria não apenas

uma forma possível de significação como também, em função de sua capacidade reflexiva de voltar-se para si mesma e de referir-se a outros sistemas de signos, a própria "atividade significativa por excelência", segundo um postulado típico das correntes enunciativas. Não por outro motivo estamos de acordo com Humboldt (1972) quando ele considera que "o mundo não é produto original da linguagem". Mas é, digamos, de sua responsabilidade.

Responsáveis pelo processo de percepção do real, pela decifração do mundo, pela humanização de nossas cognições, os diferentes processos de significação atuam de maneira seletiva, concorrente e heurística em relação a diferentes propósitos discursivos (e se assim não for, saberemos que o sujeito é provavelmente um estrangeiro, uma criança ou comprometido em termos neuropsicológicos, como bem observa Possenti, 1992) e exigem diferentes reflexões do sujeito com a linguagem (e quanto a isso, tanto a aquisição da linguagem quanto o estudo lingüístico das patologias mostram evidências empíricas indiscutíveis). Para o campo da Neurolingüística, importa assinalar que desse ponto de vista os processos cognitivos, uma vez que também dependem da significação, deixam de ser concebidos como comportamentos previsíveis e apriorísticos.

A pesquisa neurolingüística e a neuropsicológica, como sabemos, têm estudado problemas de significação como se fossem (apenas) problemas de compreensão (leia-se lógico-perceptivos), sobretudo na descrição das chamadas afasias posteriores e das neurodegenerescências. A Psiquiatria, por sua vez, em sua origem - ou pelo menos até que Freud estabelecesse um diálogo com a loucura - fez algo semelhante em relação à descrição das chamadas alienações mentais e das amnésias. Nem mesmo o fato de a afasia ser uma questão lingüística (como afirmava Jakobson, 1981) torna a linguagem parte essencial da análise dos problemas de compreensão. Mas não é nisso que reside o problema mais grave. Afinal, muitos lingüistas e filósofos estariam de acordo com Wittgenstein (1975) ou Parret (1988) - para citar apenas dois exemplos - segundo os quais a questão da língua vincula-se com a questão de compreender a língua e reconhecê-la como representante/interpretante do real. Assim, qualquer concepção de língua estaria ligada a uma concepção de compreensão, ainda que a língua não possa ser considerada o único instrumental cognitivo (entretanto, vale notar que a Neurolingüística, em geral, afina-se com uma lingüística mais formalista, comprometida com a idéia de "acessibilidade" direta entre as palavras e as coisas, com as teorias do significado literal e com a previsibilidade do processo de compreensão).

Essa relação, pois, não apresenta qualquer problema: compreender e significar são praticamente indissociáveis na atividade discursiva; não há compreensão sem uma idéia de objetivação ou "controle do sentido". Não há sentido sem o risco sofrido por aquele que o interpreta ou compreende.

O estudo da maneira pela qual a Neurolingüística tem concebido as relações entre significação e compreensão implica algumas considerações importantes sobre o destino da colaboração entre essas duas disciplinas.

Apenas para dar um aspecto mais programático a este texto, apontaria, entre outros, determinados procedimentos que giram em torno da discussão dos chamados "problemas de compreensão". A expectativa é que estes, ao receberem um tratamento lingüístico-discursivo, ofereçam melhores contornos explicativos às relações entre significação e compreensão. São eles:

1. a análise do que tenho chamado em outros trabalhos (Morato, 1995a, 1995b) de “significação intolerável”, isto é, aquela sobre a qual a Neurolingüística tem erigido suas considerações sobre as bizarras do pensamento, da memória, da consciência ou da percepção;

2. a análise dos diferentes processos de significação dos quais o sujeito com alguma patologia de linguagem lança mão para interagir, comunicar ou significar. Tais processos, ditos “alternativos” (termo emprestado de Coudry, 1988), dizem respeito às formas de superação, adaptação ou de reorganização da significação e concernem a um só tempo ao sistema lingüístico, à atividade cognitiva e ao funcionamento pragmático-discursivo da linguagem.

3. a análise de inúmeros itens semiológicos que ainda estão a exigir alguma explicação, como a confabulação (tida como uma alteração de memória associada a um problema de consciência), a jargonafasia (tida como uma afasia de natureza lingüística indistinta associada a um distúrbio de consciência) ou o paragramatismo e/ou dissintaxia (tidos como um problema de compreensão inesperado em casos de afasias predominantemente expressivas). No limite, o questionamento desses itens semiológicos implicaria mudanças não apenas nas velhas e boas classificações dos distúrbios de linguagem como teriam repercussões importantes no diagnóstico e tratamento dessas patologias. Para a Lingüística interessam ainda as conseqüências epistemológicas de tais análises: afinal, são capazes de transformar a própria idéia que se tem do fenômeno afásico.

4. a análise da colaboração e da reciprocidade entre os processos que atuam na constituição do sentido e da compreensão, tanto no campo da normalidade quanto no da patologia, bem como na intersecção entre ambos, sempre sutil e forjada em meio à contingência histórica, e sob o viés do discursivo;

5. a eleição de procedimentos teóricos que seriam capazes de estreitar a relação entre a Neurolingüística e a ciência lingüística, à primeira cabendo inferir dos dados patológicos os processos de construção do “aparelho simbólico” de que falava Benveniste (1966), e à segunda cabendo oferecer condições para o aprofundamento do debate sobre a linguagem e tudo aquilo com o que ela se relaciona direta ou indiretamente.

Quais os fatos ou objetos lingüístico-cognitivos que melhor serviriam a tais interesses teóricos? Aqueles não apenas investidos de propriedades e relações semânticas (como as parafasias, os neologismos, a dificuldade de encontrar palavras e manipular sentidos indiretos) como também contingenciados enunciativamente: os fenômenos próprios do discurso espontâneo ou da conversação (os dêiticos, as modalidades, os vários atos de linguagem), os processos de implicação e de referenciação, as leis discursivas, as diversas formas meta-enunciativas relativas ao dizer próprio e alheio, os diferentes critérios de textualidade, as propriedades interativas humanas, as operações epilingüísticas, a polissemia existente entre a língua e o interdiscurso, etc. Talvez esperemos realmente muito pouco das vias explicativas do complexo funcionamento da cognição humana se aceitarmos que problemas de

inferência, de polissemia, de reconhecimento de intenções ou de relevância tópica sejam subsumidos peremptoriamente por problemas de "compreensão" (no sentido da representação lógico-perceptiva);

6. e finalmente, o estabelecimento de pontes conceituais e metodológicas entre linguagem e cognição, vistas sobretudo a partir das propriedades formais e discursivas da linguagem, capazes de uma ação construtiva em torno da relação de interpretância entre a atividade cognitiva e a discursiva. Isso significa, entre outras coisas, que é difícil imaginar possibilidades integrais de conteúdos cognitivos ou domínios do pensamento fora da linguagem, ou possibilidades integrais de linguagem fora de processos interativos humanos.

2. SENTIDO E COMPREENSÃO EM NEUROLINGÜÍSTICA

Embora não caiba neste texto proceder à análise das condições históricas sob as quais se deu a relação entre a Linguística e a Afasiologia ao final do século passado, quando ambas firmaram-se como ciências, lembramos que muito dessa "ligação perigosa" responde pela manutenção de certos impasses teóricos da moderna Neurolingüística (entre eles, a falta de um programa de trabalho definido, a ausência de teorias pontes com a Linguística e as Ciências Cognitivas, o uso meramente instrumental da ciência lingüística, a desconsideração de um passado comum ancorado na tradição filosófica acerca da mente, a inserção *ad hoc* de novos itens na constelação semiológica das patologias cerebrais, o desconforto com velhas classificações das afasias, e finalmente a manutenção de antinomias clássicas, sobretudo a oposição entre os processos de produção e de compreensão - *leitmotiv* da descrição, classificação e composição diagnóstica das afasias, das demências, etc.).

Creditados às alterações da consciência ou da memória, não foi antes do começo deste século que os problemas de compreensão passaram a ser estudados pela Neurolingüística. Apesar de os primeiros afasiólogos terem se dedicado a tais problemas (cf. Boller, 1978), fugia a eles que a dimensão semântica da linguagem teria alguma relação com as chamadas alterações de base, cujos mecanismos eram sempre mentais e não raras vezes inexplicáveis ou muito pouco elucidados. Se a concepção de compreensão como fenômeno essencialmente mental é o primeiro aspecto a destacar em nossa análise da maneira através da qual os processos de significação têm sido encarados pela Neurolingüística, a forte distinção entre produção e compreensão é o segundo aspecto. Até aqui, linguagem nada mais é que mero instrumento das operações mentais internas, que não se dariam a conhecer ou não poderiam ser investigadas sem o concurso de uma manifestação verbal.

Ao lado disso, o que também parece ser digno de nota é que as grandes escolhas metodológicas e epistemológicas da Neurolingüística têm sido, ao longo dos últimos anos, a interdição de "significações intoleráveis" (cf. Morato, 1995a). Este é o terceiro aspecto a caracterizar a maneira pela qual a Neurolingüística tem encarado a questão da significação.

Quanto a isso, é preciso considerar que a Neurolingüística e a Neuropsicologia têm

tratado diferentes aspectos ligados às interdições da linguagem - diagnosticando e classificando fenômenos lingüístico-cognitivos desviantes, bizarros ou anormais- pela via da condenação da idéia de ruptura comunicativa, seja à que se refere ao sistema lingüístico propriamente dito (como no caso das afasias), seja à que concerne aos processos cognitivos (como no caso das demências ou das amnésias). Tradicionalmente, o primeiro caso aplicar-se-ia aos "erros" ligados aos níveis lingüísticos (fonético-fonológico, sintático, semântico, pragmático); o segundo, aos problemas de representação lógico-perceptiva, essencialmente estruturais e internos, capazes de alterar os processos de julgamento, a memória, o pensamento, o processamento da informação, etc.

Caracterizados como patológicos em função de sua bizarria, distorção, exuberância ou privação, os problemas de sentido geralmente aparecem na constelação semiológica das síndromes neurológicas como uma espécie de "significação intolerável" (desviante, mórbida, extravagante), que decorreria de alterações essencialmente mentais, frutos de alguma função mental defeituosa, em geral a memória, a consciência ou a percepção (cf. Boller, 1978).

Embora manifeste-se e seja autorizada pela linguagem, a significação intolerável não diz respeito fundamentalmente aos processos lingüísticos. Sob ela escondem-se, na realidade, inúmeros expedientes lingüístico-discursivos que estão a exigir alguma explicação e que muito poderiam elucidar quanto à natureza da relação entre a linguagem e a cognição.

Definitivamente, para a Neurolingüística ou para a Neuropsicologia o que está no cerne da explicação dos problemas da compreensão é concebido praticamente à margem da linguagem e do lingüístico, ainda que seja necessário o concurso da linguagem para a manifestação do "sintoma clínico". Quando chega ao diagnóstico, o paradigma clínico julga decifrar aquilo que estava ocultado pelo sintoma - o fato clínico. Mas isso não é tudo: uma vez descrito, julga-se, ainda, *de la sorte*, que esteja desvendado o seu funcionamento.

3. SENTIDO E COMPREENSÃO EM LINGÜÍSTICA

Que a língua e outros sistemas de signos não verbais significam parece ser um truísmo. Entretanto, bastam algumas poucas (mas cruciais) indagações para observarmos que sentido e significação estão longe de ser conceitos reguladores ou absolutizados mesmo entre os lingüistas.

Não nos cabe aqui proceder a um minucioso exame dessas questões ou estabelecer os termos através dos quais a Lingüística julga importante levar em conta alguma distinção entre sentido e significação, por exemplo. Interessa-nos aqui, sobretudo, tecer algumas considerações sobre a maneira como o tema vem sendo tradicionalmente enfocado em Neurolingüística e sobre as perspectivas que se abrem quando, ao estudo do **funcionamento** da língua, somamos o do **exercício** da linguagem, que a torna possível e a humaniza.

A continuidade entre significação e linguagem faz com que seja interessante, ao menos para a Lingüística, uma diferenciação na análise do sentido e da significação

(entre outras razões, porque é eficaz para o estudo da metalinguagem, da intersubjetividade e do aspecto histórico das instanciações discursivas). Admitamos, dessa maneira, em consonância com as teorias enunciativas (cf. Normand, 1990), que sentido seja a resposta para a pergunta: “O que aquilo (uma palavra, um enunciado, uma enunciação, um signo não verbal) quer dizer?” Já a significação tentaria responder a uma outra questão: “Por quais meios ou processos um enunciado é produzido como tendo sentido?” As duas noções, assim, têm uma relação de reciprocidade e confirmam que sem a garantia do sentido não há atividade simbólica humana.

Esse ponto de vista sobre o sentido e a significação, tão caro às correntes enunciativas e discursivas, postula também que a significação tem a ver reciprocamente com a comunicação. Não há dúvida de que ambas mantêm uma estreita relação entre si e marcam duas formas do sentido, mas um termo não pode ser empregado no lugar do outro. Implicam diferentes trabalhos lingüístico-discursivos e mobilizam diferentes níveis de reflexão sobre a atividade cognitiva. Isso é importante para a pesquisa clínica. A comunicação nos indica que o sujeito “tem algo a dizer”, ou mostrar; a significação nos indica que o sujeito mostra explícita ou implicitamente a maneira pela qual ele corre o risco de interpretar e ser interpretado, de representar ou dar “representabilidade” às coisas do mundo.

Levando em conta nossas experiências significativas na vida em sociedade, não é difícil imaginar situações em que a não comunicação é também constitutiva do processo de significação (como já ressaltou Pêcheux, 1990), ou que nossas significações pretendidas não foram apreendidas por nossos interlocutores (ou foram apreendidas à revelia ou além do que pretendíamos), ou que não nos encontramos satisfeitos com as significações que nós mesmos pudemos obter.

Em Lingüística, não raras vezes fala-se de produção ou de efeito do sentido para não falar do sentido. Ora, a questão da origem ou da definição do sentido é importante. Quando se diz: “Qual o sentido dessa frase?” ou “Isso não quer dizer nada”, ou “Não entendo o que você diz” ou “Não foi isso o que quis dizer”, ou “Se é que compreendo bem” afirma-se muitas coisas a respeito do sentido. Sendo assim, não deixa de ser interessante levantar, com base numa perspectiva enunciativo-discursiva, algumas considerações que se complementam a fim de mostrar diferentes faces do sentido e de indicar a maneira pela qual orientam, determinam ou objetivam a compreensão:

Em primeiro lugar, afirma-se que o sentido não está confinado ao sistema lingüístico e nem precede o enunciado. Se quisermos uma definição ampla, tomemos a definição de Frege sem o peso formal de suas posições filosóficas: sentido é o modo de apresentação do objeto: é o que “vem para nós” como objeto do mundo. Fazendo parte do real, os processos cognitivos também podem ser incluídos nesses diferentes “modos de apresentação” do objeto. Embora emprestada de Frege (*in* “Sentido e Referência”, 1978), essa afirmação interessa apenas na medida em que destaca a possibilidade de inserção de objetos cognitivos como elementos de nossa percepção do real. Ou seja, o que o outro quer dizer ou mostrar é tão importante quanto a maneira pela qual ele o faz.

Em segundo lugar, afirma-se que a interação produz o sentido (cf. Normand, 1990:334). Mas o contrário é também verdadeiro: o sentido é produção de interação, ou seja, o outro me é necessário para saber o que eu digo, e mais, para construir o sentido daquilo que eu digo. Nesse aspecto, parece-me que a questão da interação é um

elemento de distinção na definição de sentido e capital para as tarefas interpretativas.

Em terceiro lugar, sentido é efetivamente uma prática social, não é fixo ou estável, como bem nos têm mostrado a Filosofia da Linguagem (cf. Wittgenstein, 1956) e a Pragmática (cf. Parret, 1988), em suas várias vertentes.

Rapidamente esboçadas essas definições de sentido, poderíamos perguntar: de que maneira elas apresentam alguma relação de reciprocidade com a compreensão? A primeira idéia a ser considerada é a de que compreender é sempre uma tentativa de “controlar” o sentido (cf. Normand, 1990). Contudo, propriedades da língua e do inconsciente privariam-nos de um “controle” total. Resta-nos, então, uma espécie de “ilusão de coincidência” (cf. Authier-Révuz, 1993) entre as palavras e as coisas, entre a língua e o discurso, entre os sujeitos e seus interlocutores, entre o discurso proferido e sua auto-representação (o que, segundo a autora, nos leva a uma não-coincidência enunciativa entre o discurso em relação a ele mesmo).

Outra idéia que se forja em torno de uma concepção enunciativo-discursiva do sentido é a de que a compreensão diz respeito à algum tipo de objetivação do sentido (mas sabemos que não há o sentido único possível: não se compreende se não se acede ao sentido postulado pelo texto ou pelo interlocutor, por exemplo. Dito de maneira um pouco mais radical: não há compreensão sem o risco da interpretação). Ou seja, a compreensão também diz respeito ao reconhecimento de intenções postuladas ou pretendidas, sendo necessária para que comunicação se dê (ou não). Sendo uma espécie de “inferência prática no mundo” (cf. Parret, 1988), a compreensão ainda se coloca em meio ao já clássico debate em torno da relação entre um saber lingüístico e um saber pragmático.

Como se observa, se vincularmos a compreensão aos processos de significação a partir de uma perspectiva enunciativo-discursiva, cai por terra seu conteúdo puramente mental, e ganha força a idéia de um domínio interpretativo a reger essa relação. Imagino que a partir daí muitas perspectivas se abrem para a Neurolingüística. A mais evidente diz respeito ao enfoque dado por ela aos problemas de compreensão, comuns nas afasias e nas neurodegenerescências. Outra, não menos relevante, diz respeito à contribuição que a Neurolingüística pode oferecer à ciência lingüística a partir da especificidade de seus objetos.

4. COMENTÁRIOS FINAIS: A PESQUISA NEUROLINGÜÍSTICA E AS MODERNAS TEORIAS LINGÜÍSTICAS:

Instada a responder as questões com as quais abri este texto, diria que a capacidade da Neurolingüística de dialogar com modernas teorias lingüísticas deve ser proporcional à capacidade de uma lingüística orientada enunciativamente de oferecer novas bases explicativas para a velha tradição fenomenológica característica do pensamento médico-clínico. Isso nos leva, para finalizar, à discussão de dois movimentos cruciais que selariam a sorte de uma empreitada como essa. O primeiro diz respeito ao paradoxo da interdisciplinaridade, advindo da impossibilidade de se correlacionar diretamente linguagem, cérebro e cognição; o segundo, ao desenvolvimento de uma abordagem enunciativo-discursiva que tome a questão da relação entre a significação e a

compreensão - no campo da normalidade e da patologia - um problema seu, desde que só a linguagem é capaz de por tal relação a claro.

4.1. Interdisciplinaridade: um mal necessário?

A Neurolinguística tem sido e talvez seja, em suma, a produção de (um) discurso sobre a cognição humana, e o acesso a esse discurso não poderia mesmo ser único: ele é governado por inúmeras preocupações, sendo seus recortes teóricos tradicionalmente pouco suficientes e suas pesquisas relacionadas com várias e diferentes disciplinas.

Se é bem verdade que a interdisciplina em Neurolinguística é uma espécie de “mal necessário” (a interdisciplinaridade nunca deixou de ser uma velha mística das ciências humanas), ela ao mesmo tempo desenha um domínio empírico que não deixa de representar um modo de apreensão da linguagem. Tradicionalmente voltada para as formas lingüísticas (i.e., para o sistema, suas regras e normas, seus constituintes e organização), e portanto para uma certa Lingüística, a Neurolinguística tem todas as condições de dialogar não apenas com uma concepção de língua e de mente, mas com as possibilidades que os próprios domínios da Lingüística oferecem. Não se trata, naturalmente, de preencher as lacunas de estudos lingüísticos *strictu sensu*, mas de contemplar as heterogeneidades da ciência lingüística ao tratar seu objeto, a linguagem. Creio que este é o investimento teórico a ser feito pela Neurolinguística, no que se refere ao campo de estudos lingüísticos: reconciliar linguagem com processos afeitos a ela, como a interação humana, os diferentes processos de significação, as esferas do psíquico, do histórico e do cultural. Em outros termos, reconciliar língua com seu exterior discursivo.

4.2. As vantagens de uma abordagem enunciativo-discursiva

Redimensionando-se o problema do sentido, importantes conseqüências teóricas no campo da pesquisa neurolingüística fazem-se notar: 1. o estudo dos processos alternativos de compreensão (que dizem respeito e estão na dependência do tipo de funcionamento do sistema lingüístico, da seletividade característica da atividade cognitiva e da manipulação de normas pragmáticas e discursivas que regem as ações humanas); 2. uma perspectiva enunciativa da relação entre significação e compreensão; 3. a análise da construção discursiva da relação entre linguagem e cognição (por exemplo, através do estudo dos procedimentos meta-enunciativos, cf. Morato, 1996a); e 4. a discussão da semiologia neurolingüística (o que se faz a partir da análise lingüístico-discursiva de diferentes itens da constelação semiológica das afasias e das neurodegenerescências, como a confabulação, a jargonafasia, a dissintaxia, etc.- aos quais tenho me dedicado, em trabalhos próprios ou em parceria).

Dentre a diversidade de temas abordados pela Neurolinguística, será potencialmente todo tipo de “significação intolerável” (Morato, 1995a, 1995b), enfim, um espaço por excelência para o tratamento da questão do sentido. Mais do que apontar os limites ou os equívocos das abordagens clássicas em Neurolinguística ou em

Neuropsicologia sobre a relação compreensão-significação, a Lingüística - e mais precisamente um corpo teórico reunido criteriosamente em torno de contribuições advindas das vertentes enunciativas, pragmáticas e discursivas, tem amplas condições de renovar o estudo da relação entre a normalidade e a patologia, bem como a análise dos diferentes trabalhos linguístico-cognitivos em jogo nos processos “alternativos” de significação, no tratamento linguístico-discursivo da questão do sentido. Frente à cognição humana, a pesquisa neurolingüística, em sua contribuição original ao campo da ciência linguística, tem condições de afirmar, parafraseando Foucault: “Aqui há linguagem”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUTHIER-RÉVUZ, J. (1993). Les non-coincidences du dire et leur représentation méta-énonciative. Étude linguistique et discursive de la modalisation autonymique. Thèse de Doctorat d'État. In: **Linguisticae Investigationes**.
- BENVENISTE, É. (1966). **Problèmes de Linguistique Générale**. Vol.I. Paris: Gallimard.
- _____. (1974). **Problèmes de Linguistique Générale**. Vol.II. Paris: Gallimard.
- BOLLER, F. (1978). Comprehension Disorders in Aphasia: A Historical Review. In: **Brain and Language** 5:149-165.
- COUDRY, M. I. H. (1988). **Diário de Narciso - Discurso e Afasia**. São Paulo: Martins Fontes.
- DASCAL, M. (1983). **Pragmatics and Philosophy of Mind**. Amsterdam: John Benjamins.
- FRANCHI, C. (1977). Linguagem - atividade constitutiva. In: **Almanaque** 5:9-27.
- FRANÇOZO, E. (1987). **Linguagem Interna e Afasia**. Tese de Doutorado. UNICAMP. Inédita.
- FREGE, G. (1978). **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Cultrix.
- HUMBOLDT, W. (1972). **Linguistic Variability & Intellectual Development**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- JAKOBSON, R. (1981). **Lingüística e Comunicação**. São Paulo: Martins Fontes.
- MARX, O. M. (1966). Aphasia studies and language theory in the 19th century. In: **Bulletin of the history of medicine** 40:328-49.
- MORATO, E. (1996a). A construção meta-enunciativa no discurso de sujeitos com afasia e neurodegenerescência: Subsídios teórico-metodológicos para a elaboração de um protocolo de investigação neurolingüística (*projeto de pesquisa*)
- MORATO, E. M. & I. G. VILLAÇA-KOCH, I. G. (1996b). Language and Cognition: the (dis)encounter between Linguistics and Cognitive Sciences. a publicar in: **TEXT**.

- _____. (1996c). A pesquisa em Neurolingüística: problemas e perspectivas. a publicar in **Seminários de Estudos Lingüísticos do GEL**.
- _____. (1995a). Significação e Neurolingüística. **Temas de neuropsicologia e Neurolingüística** (Damasceno, B. P. & Coudry, M. I. H., orgs.). São Paulo: SBNp
- _____. (1995b). **Um estudo da confabulação no contexto neuropsicológico: O discurso à deriva ou as sem-razões do sentido**. Tese de Doutorado. UNICAMP. Inédita.
- NORMAND, C. (1990). **La Quadrature du Sens**. Paris: PUF.
- PARRET, H. (1988). **Enunciação e Pragmática**. Campinas: Editora da Unicamp.
- PÊCHEUX, M. (1990). **O discurso: Estrutura ou Acontecimento**. Campinas: Pontes.
- POSSENTI, S. (1992). Um cérebro para a linguagem. **Abralin 13**:75-84.
- WITTGENSTEIN, L. (1975). **Investigações Filosóficas**. São Paulo: Abril Cultural.